

20 de Janeiro de 2024 – versão original em inglês

Global Forum for Food and Agriculture

2024 Comunicado Final

Sistemas alimentares para nosso futuro: juntando forças por um mundo com fome zero

1. Nós, os ministros da agricultura de 61 nações, nos reunimos no dia 20 de janeiro de 2024 para a 16.ª Conferência dos Ministros da Agricultura de Berlim em ocasião do Global Forum for Food and Agriculture (GFFA) e realizamos discussões aprofundadas e bem-sucedidas.
2. Reconhecemos com grande preocupação que o mundo permanece em meio a uma crise global de segurança alimentar sem precedentes. O ODS 2, “Fome Zero”, dificilmente será alcançado até 2030 com as medidas implementadas até o momento. Até 783 milhões de pessoas estão sofrendo de fome e 2,4 bilhões de pessoas têm um nível de insegurança alimentar de moderado a grave¹. Estima-se que, sem ação drástica, quase 600 milhões de pessoas ainda estarão enfrentando a fome em 2030. Estamos muito conscientes de que precisamos urgentemente intensificar nossos esforços para combater a causa desse sofrimento para todos. Neste contexto, reconhecemos que um dos vários motivos para a fome e a desnutrição são guerras e conflitos em todo o mundo. Sublinhamos a necessidade por um acesso confiável, contínuo, suficiente e sem obstáculos a alimentos para civis em áreas de conflito. Apreciamos, em especial, o papel de apoio das organizações internacionais e organizações de cooperação regional relevantes nesse sentido.
3. 258 milhões de pessoas vivendo em 58 países sofrem com insegurança alimentar aguda. Em relação à guerra na Ucrânia, reiteramos nossas posições nacionais e resoluções adotadas no Conselho de Segurança da ONU e na Assembleia Geral da ONU (A/RES/ES-11/1 e A/RES/ES-11/6). Destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos adicionais da guerra na Ucrânia, não apenas neste país, inclusive em relação à segurança alimentar e energética global, cadeias de fornecimento, estabilidade macrofinanceira, inflação e crescimento, que dificultaram o cenário para as políticas dos países, especialmente países em desenvolvimento e menos desenvolvidos que ainda estão se recuperando da pandemia de COVID-19 e da interrupção econômica que descarrilou o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

¹ O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2023 (SOFI)

4. Também vemos que o mundo está sofrendo com as crises climáticas e de biodiversidade, bem como os problemas que essas crises causam na agricultura e nos sistemas alimentares. É necessária uma ação rápida para enfrentar as mudanças climáticas e reduzir a perda de biodiversidade. Essas crises diversas e cumulativas exigem que nossos sistemas agrícolas e alimentares sejam adequados para o futuro, a fim de alcançar o direito humano à alimentação adequada. A necessidade de transformar nossos sistemas agrícolas e alimentares de forma a torná-los mais sustentáveis e resilientes, e de implementar a Agenda 2030 como um todo, está se tornando cada vez mais urgente. Portanto, saudamos a Cúpula da ONU sobre Sistemas Alimentares 2021 e seu Momento de Balanço 2023, incluindo o desenvolvimento de Caminhos Nacionais como veículos para impulsionar ações do nível global ao local.

5. Estamos cientes de que somente poderemos ter sucesso nessas tarefas se unirmos forças e trabalharmos juntos em um espírito de paz e cooperação. Levando isso em conta, nós nos comprometemos com as seguintes ações:

Chamado para ação

Promoção da produção sustentável

6. Nós nos comprometemos a continuar a **transformação** urgentemente necessária rumo a uma agricultura e sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes, bem como a implementar a Agenda 2030 para alcançar os ODS, especialmente o ODS2 “Fome Zero”, e, assim, realizar progressivamente o direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Reconhecemos a necessidade imediata de aumentar nossos esforços no fortalecimento e na transformação de sistemas agrícolas e alimentares para garantir a segurança alimentar e a nutrição, aliviar a pobreza, promover a estabilidade e estimular o crescimento econômico, de acordo com os contextos e capacidades nacionais e em dependência deles.

7. Nós nos comprometemos a promover práticas e tecnologias agrícolas resilientes e sustentáveis para melhorar a **produção agrícola sustentável e um aumento de produtividade sustentável**. Isso é necessário para garantir a segurança alimentar para a crescente população mundial e gerar uma renda adequada para as comunidades dependentes da agricultura e dos sistemas alimentares para seu sustento. Nesse sentido, apoiamos a implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA).

8. Ao mesmo tempo, nos esforçaremos para reduzir significativamente os **impactos ambientais, climáticos e de biodiversidade** negativos da agricultura e produção de alimentos e aumentar consideravelmente os impactos positivos de forma a obter segurança alimentar por meio de intensificação sustentável, bioeconomia, economia circular e abordagens agroecológicas, assim como outras abordagens inovadoras. Alguns exemplos de ferramentas aplicáveis são agricultura de precisão, técnicas de produção agrícola orgânica, cultivo eficiente de plantas, gerenciamento integrado da fertilidade do solo, agrossilvicultura e

soluções baseadas na natureza. Nesse sentido, elogiamos a “Coalizão para a Transformação dos Sistemas Alimentares por meio da Agroecologia” e as Recomendações de Política do CSA sobre Abordagens Agroecológicas e Outras Abordagens Inovadoras para a Agricultura Sustentável e Sistemas Alimentares que Melhoram a Segurança Alimentar e Nutricional, levando em conta as diferenças dos sistemas de produção e suas vulnerabilidades.

9. Ao abordar desafios de curto prazo em relação às diversas crises mencionadas acima, continuamos ainda mais comprometidos em alcançar nossos **objetivos de médio e longo prazo** para obter uma agricultura e sistemas alimentares mais inclusivos, resilientes e sustentáveis, tendo ciência dos investimentos necessários para alcançar esses objetivos.

10. Considerando que as diversas crises expuseram as dependências dos países em relação a fontes únicas de alimentos, enfatizamos a importância de promover uma produção, mercados e cadeias de valor de alimentos locais e regionais mais diversificados, e de apoiar o desenvolvimento rural, a fim de complementar o comércio internacional com uma variedade de parceiros comerciais e construir sistemas agrícolas e alimentares mais **resilientes** e funcionais.

11. Estamos cientes de que a produção sustentável de alimentos está intimamente ligada com um **consumo de alimentos** sustentável e ambientes alimentares mais saudáveis e capacitantes. Governos e outras partes interessadas, incluindo organizações intergovernamentais, o setor privado e a sociedade civil, estão convidados a promover uma série de atividades, baseadas em conselhos científicos, para facilitar aos consumidores a tomada de decisões informadas, mais saudáveis e sustentáveis. Nós nos comprometemos a progredir com políticas para promover escolhas de consumo de alimentos sustentáveis e mais saudáveis, assim como dietas saudáveis provenientes de sistemas sustentáveis de agricultura e alimentos. Isso deve incluir ações para informar os consumidores por meio de campanhas de educação e informação e para melhorar a disponibilidade e o ambiente dos alimentos, assim como a acessibilidade de alimentos nutritivos.

12. Promoveremos métodos de produção, variedades de plantas e espécies de animais sustentáveis e **adaptados localmente**, bem como alimentos e rações produzidos localmente e de forma sustentável para otimizar ciclos de produção e nutrientes e melhorar o fornecimento de alimentos frescos e diversos a preço acessível, levando em consideração o conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades locais.

13. Observamos que a adaptação e a mitigação das **mudanças climáticas** estão intimamente ligadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade no contexto da agricultura e dos sistemas alimentares. Portanto, elogiamos o Trabalho Conjunto de Xarm el-Xeikh na Implementação de Ação Climática na Agricultura e na Segurança Alimentar, assim como a Declaração dos Emirados sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática, e notamos a Declaração de Nairobi. Nós nos comprometemos a promover sistemas alimentares, práticas e métodos agrícolas inteligentes em relação ao clima para apoiar uma produção de alimentos contínua, em particular em países e regiões que já sofrem com os impactos das mudanças climáticas. Reconhecemos a posição setorial

única da agricultura, sendo ao mesmo tempo um motor e uma área afetada pelas mudanças climáticas e pela **perda de biodiversidade**. Enfatizamos o papel da agricultura e de sistemas alimentares como parte importante da solução na proteção, na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas, em linha com a abordagem Saúde Única. Sublinhamos que sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis e a bioeconomia desempenham um papel vital na busca de uma saída para a crise climática e de biodiversidade.

14. Observamos que práticas sustentáveis de manejo de **gado** podem contribuir positivamente para a biodiversidade e a nutrição, e para alcançar objetivos climáticos de longo.

15. Enfatizamos que a conservação e o uso sustentável de **recursos genéticos** para a alimentação e agricultura é crucial para garantir as capacidades adaptativas das culturas e do gado e é um pilar fundamental da conservação da biodiversidade. Promoveremos continuamente o acesso e o compartilhamento justo e igualitário dos benefícios oriundos do uso desses recursos genéticos. Reconhecemos o papel crítico que pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades locais desempenham na proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade. Em linha com prioridades e preferências nacionais, promoveremos pesquisa e inovação na criação de animais a fim melhorar a saúde, a resiliência e a eficiência da produção, além de acelerar as capacidades de adaptação e mitigação das mudanças climáticas na produção agrícola.

16. Direcionaremos todos os nossos esforços para realizar os objetivos de instrumentos e **acordos internacionais** sobre mudanças climáticas, biodiversidade e degradação da terra de maneira coerente, em particular o Acordo de Paris, a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal pelas Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura.

17. Destacamos a necessidade vital da agricultura de ter acesso a **água** suficiente e de qualidade adequada, em linha com o ODS 6. Também reconhecemos a necessidade de melhorar a gestão integrada de água e práticas no nível das bacias hídricas, incluindo a eficiência, conservação e infraestrutura relacionadas ao uso da água na agricultura. A fim de aliviar a pressão sobre todos os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, promoveremos um gerenciamento sustentável da água e a eficiência no uso da água na agricultura. Sublinhamos a importância de proteger os escassos recursos hídricos e de apoiar agricultores e produtores de alimentos na produção sustentável, a fim de minimizar o escoamento e contribuir para a preservação e melhoria da qualidade da água. Saudamos os mais de 700 compromissos voluntários feitos na Conferência da Água da ONU em março de 2023, resumidos na Agenda de Ação da Água.

18. De acordo com as Diretrizes Voluntárias para o Manejo Sustentável do **Solo** (VGSSM) e com base em outras iniciativas passadas e em andamento da Parceria Global do Solo (GSP), organizada pela FAO, aumentaremos o conhecimento dos agricultores e a adoção do manejo

sustentável do solo. Ao fazer isso, pretendemos promover a saúde do solo, mantendo – e, onde possível, aumentando – o teor orgânico do solo e restaurando, protegendo e desenvolvendo o uso sustentável de turfeiras, de forma a contribuir diretamente para a mitigação das mudanças climáticas. Isso pode reduzir os custos de insumos por meio do uso eficaz e sustentável de esterco e adubo e por meio de práticas de cultivo como culturas secundárias e agrossilvicultura. Reconhecemos a importância da eliminação ou minimização das práticas de lavoura para o gerenciamento sustentável do solo.

19. Nós nos comprometemos a aprimorar a gestão de **fertilizantes** por meio da promoção do Código de Conduta da FAO para o Uso e Gerenciamento Sustentável de Fertilizantes, assim como do uso de várias práticas para a gestão sustentável de nutrientes, levando em conta as condições locais de cada área e tornando-as parte da gestão integrada e sustentável da fertilidade do solo, de forma a aumentar a eficiência e reduzir as perdas de nutrientes proveniente do uso de fertilizantes orgânicos e inorgânicos, além de fechar ciclos de nutrientes. Nós nos comprometemos a explorar o potencial da produção de fertilizante de nitrogênio com base em energias renováveis. Também destacamos a necessidade de melhorar a disponibilidade, a acessibilidade e o preço dos fertilizantes, além de promover o seu uso eficiente e responsável, inclusive por meio da produção local de fertilizantes.

20. Reconhecemos que a família das leguminosas oferece vários benefícios, como suas habilidades para fixar nitrogênio, melhorar a saúde do solo e aumentar o fornecimento de alimentos para animais. Ao mesmo tempo, ela pode contribuir para uma dieta saudável e balanceada como fonte de proteína.

21. Promoveremos o manejo integrado de pragas para reduzir os riscos potenciais dos **pesticidas** à saúde humana e ao meio ambiente, que são determinados por evidências científicas, e evitar a resistência a pesticidas. Faremos isso por meio do fomento a sistemas de alerta precoce, a técnicas de manejo de culturas e ao uso responsável de produtos fitossanitários, assim como da promoção da redução de riscos e métodos alternativos que forneçam aos agricultores os meios e o conhecimento necessários para o controle biológico e técnico de pragas e doenças.

22. Apoiaremos mais **pesquisas** extremamente necessárias para a agricultura sustentável e sistemas alimentares e sobre como aplicar e ampliar os resultados da melhor forma. Faremos isso em colaboração com os agricultores e pequenos produtores que trabalham no campo. Aumentaremos a escala e a diversidade das pesquisas colaborativas internacionais e programas e iniciativas de desenvolvimento. Reconhecemos a importância do conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades locais, assim como a necessidade de respeitar seus respectivos direitos de proteger seu conhecimento tradicional.

23. Promoveremos **investimentos** públicos e privados responsáveis, se aplicável de acordo com as Diretrizes Voluntárias do CSA sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT), bem como os Princípios do CSA para o Investimento Responsável em Agricultura e Sistemas Alimentares (RAI). Reconhecemos a necessidade de melhorar investimentos responsáveis,

fornecer financiamento e crédito, incluindo microcréditos, e promover o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores para fazer melhor uso de fundos públicos e privados e, assim, alcançar os ODS, principalmente para países em desenvolvimento. Convocamos a comunidade global a acelerar os investimentos na agricultura sustentável, assim como a realocar recursos para o setor agrícola como investimentos responsáveis urgentemente necessários. Pedimos a todos os países que analisem suas políticas e estruturas de incentivo atuais e aumentem seu compromisso de encontrar caminhos e soluções para garantir que as políticas nacionais e os objetivos de desenvolvimento do sistema alimentar estejam totalmente alinhadas.

24. Enfatizamos que muitas formas de **inovação** são necessárias para a transformação rumo a sistemas alimentares e agrícolas resilientes e sustentáveis. Nós nos comprometemos a apoiar o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis em todas as etapas de sistemas alimentares e agrícolas. Compartilhamos a opinião de que abordagens, inovações e tecnologias comprovadamente orientadas para a sustentabilidade devem ser colocadas em prática de forma mais ativa e usadas em maior escala, o que exige esforços de capacitação e desenvolvimento de habilidades. Reiteramos o importante papel que a bioeconomia pode desempenhar na transformação e sustentabilidade de sistemas agroalimentares.

25. Enfatizamos que todas as partes interessadas devem ter **acesso** aos benefícios do progresso, inovação e dados científicos. Nesse sentido, acolhemos as Recomendações de Política do CSA sobre o Fortalecimento da Coleta de Dados de Segurança Alimentar e Nutrição e Ferramentas de Análise Relacionadas para Melhorar a Tomada de Decisões em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional e nos comprometemos a facilitar o acesso, a adoção e a aplicação de tecnologias digitais. Destacamos a importância de associações de agricultores, serviços de extensão e grupos comunitários no fornecimento de informações e conhecimento relevante para agricultores de forma compreensível, adaptada localmente, sensível ao gênero e convincente.

26. Estamos convencidos de que sistemas alimentares sustentáveis exigem o fortalecimento de instituições de **governança** de funcionamento global e nacional voltadas para o desenvolvimento sustentável para superar todas as formas de discriminação, principalmente em respeito a áreas rurais. Exemplos de áreas em que a governança é necessária podem ser o fortalecimento de instituições para garantir os direitos de posse de terra, especialmente para mulheres e jovens, registros de terras, acesso a sementes de alta qualidade e adaptadas localmente, sistemas de registro e controle de pesticidas, autorização de comercialização de medicamentos veterinários, prevenção e gestão de riscos da cadeia alimentar, informações sobre o clima e o mercado, bem como acesso equitativo a financiamentos e a infraestrutura rural. Promoveremos uma coordenação e coerência das políticas entre setores.

Promoção de cadeias de fornecimento resilientes e sustentáveis

27. Destacamos o fato de que o comércio internacional possibilita um fornecimento estável e diverso de alimentos seguros e nutritivos em escala global. No entanto, cadeias de valor agrícolas globais estão cada vez mais em **risco** devido a guerras e conflitos, restrições injustificadas ao comércio, eventos meteorológicos extremos, surtos de pragas e doenças, inflação e mercados voláteis. Observamos que esses riscos afetam pequenos países insulares de forma particularmente grave.

28. Nós nos comprometemos a apoiar um sistema de comércio multilateral baseado em regras, aberto, seguro, transparente, não discriminatório, inclusivo, equitativo e sustentável, centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC). Sublinhamos a importância de não impor medidas injustificadas que limitem o **comércio**, como proibições de exportação ou restrições que tendam a prejudicar a segurança alimentar global. Elogiamos as conquistas da 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12), em particular a Decisão Ministerial sobre a Isenção de Proibições e Restrições de Exportação para a Compra de Alimentos do Programa Mundial de Alimentos. Destacamos a importância de compartilhar prontamente informações relevantes sobre políticas que possam afetar o comércio e mercados de alimentos e agricultura para evitar a volatilidade excessiva dos preços, que afeta tanto produtores quanto consumidores. Também enfatizamos a importância de padrões multilaterais com base científica para proteger os consumidores e o meio ambiente e incentivamos o alinhamento com padrões e regulamentações internacionais relevantes para facilitar o comércio. Nós nos comprometemos a trabalhar de forma construtiva da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13), buscando alcançar um desfecho positivo. Nós nos comprometemos a contribuir para discussões nas questões de negociação do Artigo 20º do acordo sobre agricultura e outros atos ministeriais durante o MC13.

29. Reconhecemos o importante papel desempenhado pela iniciativa do Sistema de Informação Agrícola do G20 (**AMIS**) em melhorar a transparência do mercado agrícola e as políticas para lidar com a segurança alimentar. Enfatizamos a necessidade de fortalecer o AMIS para tornar possível fornecer dados pontuais sobre a situação do mercado de alimentos. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de ampliar a base de doadores voluntários e de lembrar a todos os participantes do AMIS seu compromisso de fornecer todos os dados relevantes, inclusive sobre estoques e preços, e de ajudar a ampliar o trabalho de monitoramento do AMIS nos mercados de fertilizantes e óleos vegetais, assim como ajudar a AMIS trabalhar com seus parceiros em sistemas de alerta precoce para insegurança alimentar aguda.

30. Pedimos remessas imediatas, sem impedimentos, de grãos, alimentos e fertilizantes/insumo da Federação Russa e da Ucrânia pelo Mar Negro. Saudamos o Programa de Grãos da Ucrânia. Isso é necessário para atender à demanda em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, particularmente aqueles na África. Neste contexto, enfatizando a importância de manter a segurança alimentar e energética, pedimos o fim da destruição militar e outros ataques à infraestrutura relevante da Ucrânia.

31. Destacamos a importância de implementar melhores práticas e controles preventivos para combater riscos à segurança alimentar, doenças animais e doenças e pragas vegetais. As

cadeias de fornecimento não serão resilientes ou sustentáveis se não abordarem esses riscos. De acordo com a abordagem **Saúde Única**, todas as capacidades do setor precisam ser aprimoradas para estabelecer sistemas nacionais de prevenção, preparação e controle em relação a doenças infecciosas e resistência antimicrobiana (RAM) em humanos e animais. Promoveremos o uso prudente e responsável de agentes antimicrobianos, conforme estabelecido no Código de Práticas para Minimizar e Conter a Resistência Antimicrobiana de Origem Alimentar. Para este fim, enfatizamos o papel relevante da Quadripartite (OMS, OIE, FAO e UNEP).

32. Observamos que **cadeias de fornecimento sustentáveis** para commodities agrícolas podem ter impactos positivos nos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável. Enfatizamos que elas podem ajudar a promover padrões sustentáveis de produção e consumo e contribuir para acabar com a perda e a degradação florestal. Convocamos o setor privado a assumir responsabilidade pela transformação de suas cadeias de fornecimento. Nesse sentido, entre outras medidas, iremos facilitar o diálogo entre todos os atores e partes interessadas ao longo da cadeia aproveitando as iniciativas existentes, analisar e promover as tecnologias disponíveis e auxiliar as partes interessadas, especialmente os pequenos proprietários e suas organizações de produtores. Destacamos a necessidade de monitorar os efeitos de regulamentos relevantes para garantir que elas não tenham um efeito negativo na segurança alimentar, principalmente em países de baixa renda.

33. Sublinhamos que é importante que **relações do mercado** sejam equitativas para todos os atores ao longo da cadeia. Nós nos comprometemos a fortalecer a posição de agricultores, em especial pequenos e médios, para facilitar sua participação nos mercados e na produção de valor agregado. Nós nos esforçaremos para garantir que os direitos de todas as partes interessadas, incluindo trabalhadores rurais, agricultoras mulheres e jovens agricultores sejam fortalecidos ao longo da cadeia de valor.

34. Observamos com preocupação os aumentos de preços, as contínuas interrupções nas cadeias de fornecimento globais e a crescente volatilidade dos preços de alimentos, rações e fertilizantes. Estamos convencidos de que cadeias de fornecimento transparentes, resilientes, baseadas em regras, diversificadas e confiáveis, incluindo a produção local, são essenciais para o **acesso, a disponibilidade e a acessibilidade** de alimentos seguros e nutritivos para todos. Isso é essencial para alcançarmos o direito a alimento adequado, em particular para grupos vulneráveis.

35. Apoiamos firmemente o fortalecimento dos **direitos humanos** ao longo das cadeias de valor, de acordo com os princípios orientadores da ONU sobre negócios e direitos humanos. Ressaltamos que um diálogo aprofundado com os atores ao longo da cadeia de fornecimento, tanto em países exportadores quanto em importadores, é a base para que as cadeias de valor contribuam para o desenvolvimento sustentável. Com relação à implementação da devida diligência em direitos humanos por parte de empresas ao longo da cadeia de fornecimento de alimentos, notamos as Orientações da OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Agrícola Responsáveis e outras orientações que podem ajudar a melhorar os resultados de sustentabilidade.

Reduzir a perda e o desperdício de alimentos

36. Enfatizamos que **reduzir** a perda e o desperdício de alimentos é um ingrediente fundamental para vários objetivos de desenvolvimento sustentável. Em escala global, 14% dos alimentos produzidos se perdem antes do varejo, e 17% são desperdiçados no nível do varejo e do consumidor. Também se perdem todos os recursos gastos para a produção dos alimentos descartados. Além disso, o descarte também resulta em emissões adicionais. Incentivamos a incorporação ao Acordo de Paris da perda e do desperdício de alimentos nos planos nacionais de ação climática e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). A perda e o desperdício de alimentos são responsáveis por quase 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. Portanto, a redução da perda e do desperdício de alimentos pode ser uma contribuição importante no combate à mudança climática.

37. Nós nos comprometemos a reduzir a perda e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de fornecimento. Reconfirmamos nossa meta de alcançar o ODS 12.3, **reduzir pela metade o desperdício de alimentos global per capita** no nível do varejo e do consumidor e reduzir perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e fornecimento, inclusive perdas pós-colheita, até 2030.

38. Encorajamos com veemência o desenvolvimento de estratégias nacionais para a prevenção e a redução da perda e do desperdício de alimentos. Isso requer uma abordagem sistêmica específica ao contexto, incluindo o estabelecimento de metas e a medição da perda e do desperdício de alimentos em linha com padrões estabelecidos. Além disso, medidas adequadas devem ser desenvolvidas e implementadas ao longo de toda a cadeia de fornecimento conforme a hierarquia do desperdício de alimentos. Fortaleceremos nossos esforços de envolver todas as partes interessadas nesse sentido e fomentar a troca de informações nos níveis regional, nacional e internacional. Nós nos esforçaremos para apoiar instituições, infraestrutura e comunidades rurais, assim como para estimular parcerias público-privadas que possam ajudar a prevenir e reduzir perdas pós-colheita.

39. Enfatizamos com veemência a necessidade de ampliar os investimentos em **pesquisa e desenvolvimento**, em especial para melhorar as práticas e a integração das cadeias de valor que reduzirão a perda e desperdício de alimentos pós-colheita. Além disso, nos comprometeremos a facilitar soluções digitais e tecnológicas baseadas em informações para todas as partes interessadas ao longo da cadeia de valor com relação a informações de mercado. Enfatizamos a necessidade de aumentar nossos esforços em promover e apoiar investimentos responsáveis no armazenamento, transporte, processamento, preservação e embalagem de alimentos. Convocamos as Organizações Internacionais a agirem nesse sentido.

40. Nós nos esforçaremos para promover a doação de alimentos excedentes, ou alimentos que seriam desperdiçados, por exemplo aqueles se aproximando de sua data de validade. Enfatizamos o papel crucial desempenhado pela **economia circular**, em particular a bioeconomia. Ela permite que coprodutos derivados da produção de alimentos sejam usados, por exemplo, como ração e, assim, sejam mantidos na cadeia alimentar. Coprodutos não

adequados para o consumo humano ou animal devem ser usados para a produção de recursos alternativos de base biológica para aplicações sustentáveis em diferentes setores. Enfatizamos a necessidade de promover as opções com os melhores benefícios ambientais e de saúde para seres humanos e animais, e com o devido cuidado com a segurança dos alimentos e rações e das cadeias de suprimento.

41. Promoveremos iniciativas de **educação e informação ao consumidor** sobre formas de prevenir e reduzir o desperdício de alimentos. Vemos a necessidade de melhorar o acesso às informações para o consumidor, por exemplo, sobre planejamento e compras orientadas pela demanda, datas de validade, armazenamento, resfriamento e conservação de alimentos e o uso criativo de sobras.

Fortalecer grupos vulneráveis

42. Enfatizamos que alimentos adequados, que satisfaçam as necessidades dietéticas de todos, devem estar disponíveis, acessíveis e ter preços razoáveis em todos os momentos, a fim de concretizar o **direito à alimentação adequada** dos seres humanos. Nesse sentido, destacamos as Recomendações Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional pelo CSA, que comemoram seu 20º aniversário este ano, e nos comprometemos a acelerar nossos esforços para implementá-las e apoiar sua utilização.

43. Reconhecemos que **grupos vulneráveis** que enfrentam marginalização, discriminação e pobreza como produtores, mas também como consumidores, tendem a ser afetados em maior grau pela insegurança alimentar, pela má nutrição e pelas diversas crises. São especialmente afetadas as pessoas que não têm os recursos econômicos ou físicos para ter acesso a alimentos suficientes, seguros, saudáveis, adequados e nutritivos. Observamos que o risco de insegurança alimentar é particularmente alto em regiões nas quais a mudança climática e a degradação ambiental já tiveram o maior impacto. Lembramos os países de respeitarem seus compromissos financeiros nos COPs para ajudar países em desenvolvimento a se adaptarem à mudança climática e a atenuá-la.

44. Ressaltamos que as medidas de apoio ao crescimento sustentável da produtividade dos sistemas alimentares precisam estar vinculadas à melhoria da segurança alimentar e nutricional e à garantia de melhores meios de subsistência para todas as partes interessadas, especialmente em **áreas rurais**. Nós nos comprometemos a desenvolver políticas para atrair e manter jovens, mulheres e novos participantes no setor agrícola e alimentício. Buscamos fortalecer a cocriação e a transferência de conhecimentos e habilidades e serviços financeiros adequados para atender às necessidades em evolução de todos os que trabalham no setor. Nesse sentido, elogiamos as Recomendações de Política do CSA sobre a promoção da atuação e do emprego de jovens na agricultura e em sistemas alimentares para segurança alimentar e nutrição. Buscamos conscientizar sobre as condições de vida de pessoas em áreas rurais e reconhecer que as políticas e instituições devem estar alinhadas com a proteção e a promoção de seu sustento.

45. Ao mesmo tempo, não podemos negligenciar os padrões de vida da população urbana em situação de pobreza. Sublinhamos a necessidade de fomentar pesquisas sobre agricultura urbana, sistemas alimentares urbanos e ligações urbano-rurais. Tendo em vista a crescente **população urbana**, inclusive por meio do aumento à migração rural, temos o compromisso de garantir que populações urbanas e rurais tenham o mesmo nível de acesso a alimentos adequados, seguros, suficientes, saudáveis e nutritivos. Convocamos nossos colegas ministros a desenvolver políticas eficazes de combate à pobreza com foco no crescimento econômico, na inclusão social e na geração de renda e emprego, não deixando ninguém para trás. Saudamos o futuro relatório do HLPE-FSN sobre “Fortalecer sistemas alimentares urbanos e periurbanos para alcançar a segurança alimentar e nutrição no contexto da urbanização e da transformação rural”, assim como o relatório SOFI de 2023.

46. Reconhecemos o importante papel de **pequenos produtores e trabalhadores rurais**, assim como de comunidades locais e povos indígenas, para uma produção de alimentos sustentável. No entanto, muitos deles têm uma existência precária e suas necessidades devem receber maior prioridade na elaboração de políticas nacionais. Tendo em mente a Década da Agricultura Familiar da ONU e a correspondente Resolução 72/239 da AGNU, colaboraremos com partes interessadas para desenvolver e implementar políticas e estruturas regulatórias em apoio à agricultura familiar. Reconhecemos os esforços realizados por esses grupos em países em desenvolvimento, assim como os desafios consideráveis enfrentados por eles em relação ao acesso limitado a esquemas de financiamento, novas tecnologias, treinamento e assistência técnica e seguro social.

47. Nós nos comprometemos em reforçar medidas para reconhecer e fortalecer o papel de **mulheres** na agricultura e em sistemas alimentares, incluindo em posições de liderança e de tomada de decisões, para reduzir desigualdades e iniquidades atuais. Por isso, saudamos as Diretrizes Voluntárias do CSA sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutrição.

48. Nós nos esforçaremos para melhorar o **acesso a recursos produtivos** como terra, água, financiamento, sementes e fertilizantes, em particular para grupos vulneráveis. Enfatizamos a necessidade essencial de fortalecer o acesso à terra e garantir os direitos de propriedade da terra e patrimoniais, assim como de ter direitos iguais de herança, para povos indígenas e membros de comunidades locais, em especial para mulheres. Reconhecemos a importância das Diretrizes Voluntárias do CSA sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT).

49. Para realizar o direito humano a alimentação adequada, convocamos nossos colegas ministros a garantirem que todos tenham a **possibilidade de obter acesso confiável** a alimentos seguros, adequados, em preço acessível e suficientes. Reconhecemos as importantes contribuições da FAO e de outras agências sediadas em Roma durante os últimos 20 anos no apoio a países para a implementação do direito à alimentação adequada e incentivamos a FAO a aumentar seu apoio técnico aos esforços dos países membros para promover ainda mais o direito à alimentação adequada em nível nacional.

50. Sublinhamos o papel essencial do **CSA** como principal plataforma inclusiva internacional e intergovernamental para que todas as partes interessadas trabalhem juntas de forma a assegurar a segurança alimentar e nutrição para todos. Elogiamos os produtos de políticas do Comitê, seu papel de coordenação das políticas mundiais e sua função de plataforma para diferentes partes interessadas para um debate substancial sobre tópicos de segurança alimentar e nutrição.

51. Nós nos comprometemos a fortalecer a **participação** de pequenos produtores, mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades locais e minorias no desenvolvimento de políticas alimentares. Nós nos esforçaremos para assegurar que todos os grupos e partes interessadas sejam escutados na implementação dos Caminhos Nacionais, conforme desenvolvidos durante a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, como ferramenta importante para a transformação de sistemas alimentares.

52. Elogiamos **plataformas de diálogo** inclusivas para sistemas alimentares sustentáveis, como conselhos alimentares para a sociedade civil, empresas, política, administração, educação e ciência, dentro do cenário institucional estabelecido. Saudamos o papel que essas plataformas desempenham no fornecimento de educação e na facilitação de informações e acesso a alimentos, em particular para grupos vulneráveis.

53. Em um momento em que o mundo está sofrendo com um número sem precedentes de crises, nós nos esforçaremos mais do que nunca para cooperar estreitamente a fim de alcançar os ODS até 2030. Estamos ansiosos para nos reunir novamente no **GFFA 2025**.

Lista de participantes

África do Sul	Indonésia	Reino Unido
Albânia	Irlanda	República Tcheca
Alemanha	Itália	Ruanda
Argentina	Japão	Serra Leoa
Armênia	Kosovo	Sudão do Sul
Botsuana	Letônia	Suécia
Brasil	Lituânia	Suíça
Bulgária	Luxemburgo	Tailândia
Catar	Malta	Tajiquistão
Cazaquistão	Marrocos	Túnisia
China	Mauritânia	Ucrânia
Chipre	Moldávia	Uganda
Costa do Marfim	Mongólia	União Africana
Eslováquia	Montenegro	União Europeia
Espanha	Nigéria	Uruguai
Estônia	Noruega	Uzbequistão
Fiji	Omã	Zimbábue
Finlândia	Países Baixos	
França	Paquistão	
Georgia	Paraguai	
Grécia	Polônia	
Hungria	Portugal	